

Crescer e preservar, eis a questão

CRYSTIANO D'MOURA

**ESSE É O
DILEMA DE
BRASÍLIA, UMA
CIDADE QUE
SUPEROU TODAS
AS EXPECTATIVAS**

NELZA CRISTINA

Criada e tombada em um único século, Brasília enfrenta o desafio de se desenvolver sem alterar seu projeto original. A cidade recebeu da Unesco, em 1987, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade e, três anos depois, foi tombada pelo Ministério da Cultura. Hoje, as autoridades e entidades representativas dos diversos segmentos da sociedade se empenham em criar normas que garantam a sua preservação.

“A cidade foi tombada antes de estar pronta. Ela é um organismo vivo e não pode ser engessada”, afirma a secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Ivelise Longhi. A preocupação agora é como atender às necessidades da comunidade sem que Brasília perca seu conceito original.

Ao longo dos anos, a cidade sofreu algumas modificações. O comércio das entrequadras, antes destinado ao atendimento das residências próximas, cresceu e invadiu a área pública. Alguns prédios ampliaram a escala e construí-



O EIXO MONUMENTAL, com seus jardins e prédios públicos, é a face mais visível da área tombada, que inclui ainda vários outros

ram o chamado sétimo andar, com a área destinada à cobertura excedendo o limite de construções permitidas. Além disso, algumas obras na orla do Lago Paranoá prejudicam a paisagem.

Para tentar limitar a “criatividade” dos comerciantes e a pressão dos empreendedores, a secretária de Habitação encomendou alguns levantamentos. Ela quer saber tudo sobre as invasões do comércio local, principalmente na Asa Sul, e sobre as construções na orla

do Lago Paranoá. Ivelise cita como exemplo o centro de lazer Pier 21. “Ele está dentro das normas vigentes, só que elas são de 1966 e, talvez, tenham que ser revistas. Construções como essas formam uma barreira à beira do lago, que prejudica a característica bucólica da região”, diz ela.

Está sendo realizado, ainda, um levantamento fotográfico e das normas vigentes em relação à construção de coberturas e sétimo pavimento nos prédios localizados na área tomba-

da. “Fizemos também um Plano Diretor de Publicidade, que regula desde o endereçamento até a publicidade, anúncios e letreiros”, explica Ivelise.

O presidente do Instituto de Arquitetura do Brasil (IAB), Gilson Paranhos, tem acompanhado a discussão para elaboração de normas para os comércios locais. Para ele, no entanto, é preciso tomar algumas medidas que garantam a preservação do projeto original. “É preciso detalhar mais as normas, que deixam

margens para interpretações”, acredita ele.

Além disso, Paranhos sugere a elaboração de um Plano Diretor que estabeleça regras e que seja feito um trabalho de conscientização da população. “Os moradores de Brasília não sabem a importância de se preservar a cidade”, afirma ele. O presidente do IAB, no entanto, não é contra o desenvolvimento da capital. Como a secretária de Habitação ele considera ser necessário crescer, mas sem esquecer de preservar.